

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 09/10/2007 E 10/10/2007

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e sete, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na Sala Centro de Convenções, do Carlton Hotel, situado no Setor Hoteleiro Sul – Quadra 05 – Bloco G, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima quarta reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 78 Conselheiros, sendo 51 titulares e 27 suplentes, conforme Anexo. Os titulares foram representados por 04 do Poder Público Federal, 03 do Poder Público Estadual, 07 do Poder Público Municipal, 19 de Entidades dos Movimentos Populares, 05 de Entidades Empresariais, 03 de Entidades de Trabalhadores, 06 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 04 de Organizações Não Governamentais. Estavam presentes ainda o Deputado Federal Zezéu Ribeiro, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal do México, Guerardo Vilanueva e o representante da Coalizão Internacional da Habitação, Henrique Ortiz. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo, saudou a todos, dando início à 14ª reunião ordinária do Conselho das Cidades. Na seqüência, passou à composição da Mesa Coordenadora dos Trabalhos convocando a Sra. Suely (Governo da Pará) do Poder Público Estadual, o Sr. Miguel Lobato (MNLN) das Entidades de Movimentos Populares e o Sr. Roberto Marazi (OCB) das Entidades Empresariais. Em seguida, o Coordenador dos trabalhos, Sr. Elcione Diniz Macedo, apresentou a seguinte proposta de pauta para aprovação do Plenário: 1. Regulamento e Programação da 3ª Conferência Nacional das Cidades; 2. Proposta Preliminar para a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos; 3. VIII Conferência das Cidades da Câmara dos Deputados; 4. Votação de Resoluções; 5. Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Habitação. Em seguida, o Coordenador colocou em votação a proposta de pauta, que foi aprovada por unanimidade. Após a aprovação da pauta, a ata da décima terceira reunião ordinária do ConCidades foi lida e aprovada pelo Plenário. Logo depois, encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Regulamento e Programação da 3ª Conferência Nacional das Cidades.** O Coordenador apresentou a proposta de Regulamento formulada em duas reuniões da Coordenação Executiva e uma reunião da Comissão de Sistematização da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Logo depois, o Regulamento foi amplamente discutido destacando-se dentre os principais pontos a possibilidade de fazer destaques na plenária final da Conferência e o horário para encerramento do credenciamento. Após receber emendas e alterações em plenário sua redação final foi aprovada por unanimidade. Em seguida, apresentou a programação da Conferência e solicitou que os segmentos indicassem, até o final da reunião, nomes para compor os painéis que ocorrerão no dia 27 de novembro e de facilitadores para os grupos de trabalho. A programação foi aprovada sem nenhuma alteração. Em seguida, encaminhou-se o segundo ponto de pauta. **2. Proposta Preliminar da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.** O Sr. Benny Schasberg, Secretário Nacional de Programas Urbanos, assumiu a palavra para apresentar a proposta e iniciou contextualizando o tema e o trabalho

realizado pelo Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos, que assina a proposta. Destacou que o Conselho em plenário havia aprovado que essa temática e as diretrizes elencadas no Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários, ocorrido no mês de agosto em Salvador, fosse discutido nas Conferências Estaduais. Ressaltou, entretanto, que esse tema não estava compondo o debate ocorrido nas Conferências Estaduais. O Secretário enfatizou a necessidade do Conselho aprofundar a discussão em torno da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos como integrante da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a necessidade desse tema ser discutido no âmbito da 3ª Conferência Nacional das Cidades, abrindo o debate sobre os encaminhamentos que poderiam ser feitos pelo Conselho. O Conselheiro Benedito Barbosa pontuou sobre a necessidade de estabelecer uma instância administrativa que trate do tema no âmbito do Ministério das Cidades e que o tema seja tratado de forma conjunta pela Secretaria Nacional de Habitação e pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Propôs ainda que o Conselho amadureça a discussão sobre a alteração do Código de Processo Civil no que se refere aos conflitos fundiários. O conselheiro Leonardo Pessina ressaltou a importância da realização de um trabalho preventivo de conflitos fundiários e da articulação necessária com o Ministério da Justiça. A conselheira Sueli relatou que o tema foi discutido na Conferência Estadual do Pará e concordou que o tema fosse pauta da Conferência Nacional, propondo a criação de um grupo de trabalho com essa temática. O Conselheiro Ricardo Gouveia complementou sugerindo que a proposta preliminar da política apresentada nesta reunião seja debatida e votada em um grupo de debate, ou seja, além dos seis temas inicialmente propostos para serem debatidos nos grupos durante a 3ª Conferência Nacional das Cidades, a temática de conflitos fundiários também seria incluída na programação. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo plenário. O conselheiro Raul Carrion defendeu a necessidade do Ministério das Cidades manter escritórios nos estados, como forma de atuar na prevenção e mediação de conflitos fundiários. O Secretário Benny Schasberg ressaltou que na Resolução Administrativa nº 01 do ConCidades, que cria o GT de Conflitos Fundiários Urbanos, também recomenda a criação de uma instância permanente no Ministério para tratar do tema, restando implementar a resolução. Endossou também a urgência em instituir o grupo interministerial também proposto pelo conselho e que o texto ora apresentado subsidie este grupo interministerial e a formulação do Plano Nacional de Habitação. Retomando a palavra o Coordenador encaminhou o próximo ponto de pauta **3. VIII Conferência das Cidades da Câmara dos Deputados**. O Deputado Zezéu Ribeiro esclareceu a escolha do tema para a Conferência: “Reforma Urbana na América Latina”, que ocorreria de 09 a 11 de outubro do corrente ano e que contaria com a participação dos conselheiros do CONCIDADES. Logo após, dirigiu a palavra para o deputado mexicano Villanueva e para o Sr. Henrique Ortiz, que parabenizaram o processo democrático que estão vivenciando na Conferência. **4. Votação de Resoluções**. O Sr. Elcione Macedo assumiu a palavra para ler a proposta que recomenda ao Ministério das Cidades firmar acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça, destinado a estudar medidas para o controle e a fiscalização da madeira utilizada nas obras de habitação, de saneamento e de transporte urbano financiadas pelo Ministério das Cidades. Após debatido, o texto foi votado e aprovado por unanimidade. Na sequência, apresentou a proposta que dispõe sobre a concessão de diploma aos membros, titulares e suplentes do Conselho das Cidades apresentada pelo vereador Jorge Luís Bernadi. O Sr. Elcione Macedo ressaltou que é preciso uma consulta formal à Advocacia Geral da União (AGU) sobre a matéria. A resolução foi votada e aprovada por unanimidade, entretanto, ainda aguardaria o parecer da AGU sobre juridicidade da matéria. **5. Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Habitação**. O Coordenador informou sobre a

Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Habitação, convocada pela Sr^a Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional da Habitação, que ocorreria naquele mesmo dia às 19 horas e 30 minutos. No encerramento dos trabalhos, o Coordenador, se despediu e agradeceu a presença de todos.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente